

20. Financeiras líquidas		2013	2012	2013	2012
Variável cambial passiva	-	-	(171)	238	392
Juros s/ fornecedores, impostos e contribuições	-	-	(55)	6	90
Descontos concedidos	(10)	(11)	-	33	14
Despesas c/ debentures	-	-	(69)	410	265
Taxas bancárias e impostos	(377)	(280)	-	687	761
Juros s/ empréstimos	(1.739)	(333)	-	(3.951)	(3.010)
Juros s/ debentures	(2.512)	(2.852)	-	6	14
	(4.638)	(3.771)		687	761

de 10% s/ o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil p/ IR e 9% s/ o lucro tributável p/ CS s/ o lucro líquido. **22. Cobertura de seguros:** A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros p/ os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes p/ cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era no montante de R\$ 41 milhões.

Diretor: Jose Marcio Ramirez - Sócio Administrador - CPF: 096.368.408-65
Rodrigo Maurício Barbosa - Contador - CPF: 325.350.128-04
 CRC: SP - 272440/O-1

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo

CNPJ.: 61.699.567/0011-64

Nota da Administração

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Cons. Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembléia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo que integra a S.P.D.M.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembléia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.^{as} o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho

Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo, 28/02/2014. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.



Balanços Patrimoniais Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais				Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Valores em Reais				
Ativo	2013	2012	Passivo	2013	2012			
Ativo Circulante	6.232.988,17	2.285.322,14	Passivo Circulante	6.201.337,65	2.278.937,52	Rec.Bruta de Serv.Prest.c/Restr.-Afil.	12.097.388,69	12.354.153,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.621.287,65	736.223,05	Fornecedores	93.128,13	102.276,30	Secretaria de Saúde do Estado (nota 6.1)	12.097.388,69	12.352.769,21
Caixa (Nota 4.1)	200,00	200,00	Serviços de Terceiros P. Física/Jurídica	244.771,35	202.705,27	Outras Receitas	-	1.384,48
Bancos conta movimento (Nota 4.1)	160.152,48	78.073,36	Salários a pagar	401.370,14	384.346,27	(=) Rec.Liq.de Serv.Prest.c/Restr.-Afil.	12.097.388,69	12.354.153,69
Aplicações Financeiras (Nota 4.2)	2.460.935,17	657.949,69	Contribuições a recolher	94.376,76	83.786,30	(+) Outras Rec.c/Restrições - Afiliadas	2.278.950,92	2.248.607,79
Clientes	3.403.072,09	1.330.275,36	Provisão de férias (Nota 4.5)	574.821,74	557.569,94	Outras Receitas	1.062,76	0,00
Vlrs. em Neg.-Contr./Convênio (Nota 4.3)	2.338.482,01	515.428,95	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 4.5)	45.985,74	44.605,60	Descontos Recebidos	20.106,73	29.763,25
Prov.de Desp.Resc.de Contrato (nota 4.6)	1.064.590,08	814.846,41	Prov.de despesas c/quitadas (Nota 4.6)	1.064.590,08	814.846,41	Financeiras	122.423,74	58.768,49
Outros Créditos	132.415,33	141.486,47	Impostos a recolher	55.832,31	57.042,78	Doações Recebidas	0,00	200,00
Adiantamentos a fornecedores	73.027,18	57.835,34	Obrigações Tributárias	22.504,48	22.613,82	Isenç.usufr.- INSS Serv. Próprios (N. 10.1)	1.768.770,03	1.833.868,96
Antecipações salariais	409,61	869,26	Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03	11.333,70	8.215,83	Isenç. usufr. - INSS Serv. Terceiros (N. 10.2)	362.921,66	1.188,00
Antecipação de férias	41.974,05	44.831,72	Outras contas a pagar	12.988,24	929,00	Isenção usufruída - COFINS (Nota 10.3)	362.921,66	326.007,09
Outros créditos e adiantamentos	2.495,47	23.941,13	Convênios/Contratos públicos a realizar	3.579.634,98	-	Trabalho Voluntário (Nota 11)	2.478,00	-
Depósito Judicial	14.509,02	14.009,02	Passivo não Circulante	175.261,24	216.800,98	(=) Custos dos Serv.Prest.c/Restr.- Afil.	5.425.188,50	-
Despesas Pagas Antecipadamente	76.213,10	77.337,26	Prov. de Desp. Proc. Trabalhistas (Nota 4.9)	31.650,52	6.384,62	(-) Serviços - Pessoal Próprio	4.632.401,51	-
Prêmios de seg.e outros a vencer (Nota 13)	76.213,10	77.337,26	Obrig. - Bens Móveis de Terceiros (Nota 5)	771.272,26	802.965,20	(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	198.355,56	-
Ativo não Circulante	143.610,72	210.416,36	Aj.vida útil econ.-Bens Móveis de Terceiros (627.661,54)	(627.661,54)	(592.548,84)	(-) Manutenção e Conservação	3.124,97	-
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 5)	143.610,72	210.416,36	Total do Passivo	6.376.598,89	2.495.738,50	(-) Mercadorias	340.456,49	-
Bens Móveis	771.272,26	802.965,20	Contas de Compensação	57.173.609,85	51.518.520,95	(-) Financeiras	250.737,94	-
Ajuste vida útil - bens terceiros	(627.661,54)	(592.548,84)	Oper. com Bens/Mercadorias-Terceiros	57.173.609,85	51.518.520,95	(-) Tributos	112,12	-
Total do Ativo	6.376.598,89	2.495.738,50	Mercadorias Recebidas	56.402.337,59	50.715.555,75	(=) Super./Déficit Bruto c/Restr. - Afil.	8.951.151,11	-
Contas de Compensação	57.173.609,85	51.518.520,95	Bens recebidos	771.272,26	802.965,20	(-) Desp. Operacionais com Restr.-Afil.	6.815.793,33	12.442.885,43
Oper. com Bens/Mercadorias-Terceiros	57.173.609,85	51.518.520,95	Total das Compensações Passivas	57.173.609,85	51.518.520,95	(-) Serviços - Pessoal Próprio	3.291.196,99	8.218.552,35
Mercadorias de Terceiros	56.402.337,59	50.715.555,75				(-) Serviços - Terceiros P. Física	5.940,00	-
Bens recebidos	771.272,26	802.965,20				(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	3.176.666,66	3.329.808,85
Total das Compensações Ativas	57.173.609,85	51.518.520,95				(-) Manutenção e Conservação	293.001,02	424.912,03

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 7) - Valores em Reais						
Descrição	Nota	Patrimônio Social	Reservas Reavaliação	Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício
Saldo 31/12/2011	-	-	-	-	3.319.258,62	1.193.926,02
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	(2.125.332,60)	-
Transferência de Patrimônio	-	-	-	-	-	2.125.332,60
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(2.125.332,60)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(1.193.926,02)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(1.193.926,02)
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2012	-	-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
Transferência de Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2013	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

1- Contexto Operacional. A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços c/ a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembléia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva p/ a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia c/ atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **1.1- Características da Unidade Gerenciada.** O Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo, tem como atividade a prestação de serviços de assistência social, regendo-se por Convênio anual c/ a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e pela legislação aplicável. Em 02/05/2006, a SPDM assumiu a gestão da unidade, por meio de parceria c/ a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo c/ a seguinte missão: • Distribuir e dispensar medicamentos excepcionais, em conformidade c/ os critérios das boas práticas de farmácia e diretrizes estabelecidas pelos programas de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado de Saúde. • Promover a busca contínua da qualidade visando o aperfeiçoamento da assistência farmacêutica, atendimento, sistema de distribuição, dispensação e gestão; • Desenvolver pessoas e contribuir p/ uma saúde pública digna c/ compromisso social. Visando tornar-se um centro de distribuição e ser reconhecido como pólo de referência de dispensação de medicamentos, atendimento e assistência farmacêutica. **2 - Imunidade tributária.** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu § 4º e art. 195, § 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **2.1 Requisitos p/ Imunidade Tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no art. 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 25 XIX e art. 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 46 I) e Assembléia Geral dos Associados (art. 19 V do Estatuto Social). **2.2-Isenção Tributária e Característica da Isenção.** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos arts. 12 e 15 da Lei

nº 9.532/97, combinados c/ o art. 1º da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3 - Requisitos p/ Manutenção da Isenção tributária.** A Lei 12.101 de 27/11/2009 estabelece em seu art. 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva c/ efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha a escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância c/ as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao art. 29 estabelecendo em 3 novos § que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido p/ a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, beneficiários ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração p/ dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. **3 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2013, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram arts. da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Valores em Reais			
Fluxos de caixa das ativ. operacionais	Dez/13	Dez/12	
Resultados do exercício/período	-	-	-
Aj.p/ conciliar o result.às disp.ger.pelas ativ.operac.	-	-	-
Ajuste nas contas patrimoniais	-	(1.193.926,02)	-
Varições nos ativos e passivos			
(Aumento) Redução em contas a receber	(2.062.601,43)	(1.074.516,61)	
Aumento (Redução) em fornecedores	33.502,11	(36.713,85)	
Aum.(Red.) em contas a pagar e provisões	3.914.163,92	727.052,17	
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(66.805,64)	(105.827,29)	
Disp.liq.ger.pelas (aplic.nas) ativ.operac.	1.818.258,96	(1.683.931,60)	
Fluxos de caixa das ativ.de investimentos			
(-) Adiq.de Bens de Terceiros	66.805,64	105.827,29	
Disp.liq.ger.pelas (aplic.nas) ativ.de invest.	66.805,64	105.827,29	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos tomados	18.960.480,07	-	
(-) Pag. de empréstimos/debentures	(18.960.480,07)	-	
Disp.liq.ger.pelas (aplic.nas) ativ.de financ.	-	-	
Aum. (Redução) nas disponibilidades	1.885.064,60	(1.578.104,31)	
No início do período	736.223,05	2.314.327,36	
No final do período	2.621.287,65	736.223,05	

Demonstração do Valor Adicionado - Valores em Reais			
	Dez/13	Dez/12	
1 - Receitas	14.253.915,87	14.543.992,99	
1.1) Prestação de serviços	12.097.388,69	12.352.769,21	
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	1.384,48	
1.3) Outr.Rec.(-) Rec.Anuladas do Exec. Na	21.169,49	29.963,25	
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	2.132.879,69	2.159.876,05	
1.5) Trabalho Voluntário	2.478,00	-	
2 - Ins. Adq. de Terc. (inclui ICMS e IPI)	3.663.007,40	3.817.365,74	
2.1) Matérias-primas consumidas	-	4.835,00	
2.2)Custo das merc.utiliz.nas prestações d	365.184,06	432.067,24	
2.3) Serviço de terceiros e outros	3.297.823,34	3.380.463,50	
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	10.590.908,47	10.726.627,25	
4-Vlr.Adic.Liq.Produzido Pela Entidade	10.590.908,47	10.726.627,25	
5 - Vlr. Adic. Recebido em Transferência	122.423,74	58.768,49	
5.1) Receitas financeiras	122.423,74	58.768,49	
6 - Valor Adicionado Total (4+5)	10.713.332,21	10.785.395,74	
7 - Distribuição do Valor Adicionado	10.713.332,21	10.785.395,74	
7.1) Pessoal e encargos	7.923.598,50	8.218.552,35	
7.2) Impostos, taxas e contribuições	12.446,80	12.312,83	
7.3) Juros	253.407,60	-	
7.4) Aluguéis	379.264,87	374.257,38	
7.5) Outras Despesas	9.256,75	20.397,13	
7.6) Isenção usufruída sobre contribuições	2.132.879,69	2.159.876,05	
7.7) Trabalho Voluntário			

continuação

elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revista das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. 4 - Principais Práticas Contábeis. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002). **4.1-Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC -TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	31.12.2013 - R\$	31.12.2012 - R\$
Caixa e Saldos em Bancos	160.352,48	78.273,36
Aplicação Financeira de Curto Prazo	2.460.935,17	657.949,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.621.287,65	736.223,05

4.2-Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, c/ base no regime de competência. Para valores da SPDM como um todo, estão apresentados valores sem restrição, ou seja, da própria SPDM e valores c/ restrição os quais se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM. **4.3-Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência p/ registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisões e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais p/ que quando do reconhecimento no resultado, não traga de equilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **4.4-Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.5-Provisão de Férias e Encargos.** Foram provisionados c/ base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.6-Provisão p/ Rescisão de Contratos.** Conforme nota explicativa, a Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e passou a constituir provisões p/ rescisões de contrato. **4.7-Provisão de 13º Salário e Encargos.** Foram provisionadas c/ base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.8-Estimativas Contábeis.** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo c/ as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, os quais são estabelecidas c/ o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados c/ base em estimativas contábeis incluem as provisões p/

Descrição	Posição em 31/12/2012	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2013
Imobilizado - Bens de Terceiros	802.965,20	10.053,60	41.746,54	771.272,26
Bens Móveis	802.965,20	10.053,60	41.746,54	771.272,26
Apar Equip Utens Med Odont Lab	100,58	850,00	-	950,58
Equip Proteção/Segurança/Socor	12.066,00	558,60	-	12.624,60
Equip Processamento de Dados	134.409,15	3.035,00	(28.510,39)	108.933,76
Mobiliário em Geral	458.859,31	1.185,00	(9.762,16)	450.282,15
Maquinas Utens e Equip Diversos	141.366,06	1.480,00	(924,99)	141.921,07
Aparelho de Medição	1.403,88	-	-	1.403,88
Aparelhos de Equip Comunicação	8.756,59	-	-	8.756,59
Aparelhos e Utensílios Domésticos	14.859,89	2.945,00	(2.549,00)	15.255,89
Maq e Equip de Natureza Industrial	20.372,75	-	-	20.372,75
Equip p/ Áudio Vídeo e Foto	10.770,99	-	-	10.770,99
Total Imobilizado - Terceiros	802.965,20	10.053,60	(41.746,54)	771.272,26

Descrição	Posição em 31/12/2012	Baixa	Ajuste do Exercício	Posição em 31/12/2013	Taxas anuais médias de Ajuste
Aj. do Val. Econômico Acumul. de Bens de Terceiros	(592.548,84)	50.685,45	(138.969,16)	(627.661,54)	%
Bens Móveis	(592.548,84)	50.685,45	(138.969,16)	(627.661,54)	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(100,58)	-	(35,40)	(135,98)	10,00
Equip Proteção/Segurança/Socor	(2.009,74)	-	(1.225,20)	(3.234,94)	10,00
Equip Processamento de Dados	(130.083,61)	89.582,69	(30.992,69)	(71.493,61)	20,00
Mobiliário em Geral	(317.789,13)	3.971,43	(75.846,69)	(389.664,39)	10,00
Maquinas Utens e Equip Diversos	(116.808,82)	443,11	(16.377,96)	(132.743,67)	10,00
Aparelho de Medição	(1.403,88)	-	-	(1.403,88)	0,00
Aparelhos de Equip Comunicação	(8.451,81)	-	(38,52)	(8.490,33)	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(7.867,67)	1.525,92	(2.028,83)	(8.370,58)	10,00
Maq e Equip de Natureza Industrial	(4.061,82)	-	(2.063,04)	(6.124,86)	10,00
Equip p/ Áudio Vídeo e Foto	(3.971,78)	-	(2.027,52)	(5.999,30)	10,00
Total Ajuste de Valor Econômico Acumulada	(592.548,84)	95.523,15	(130.635,85)	(627.661,54)	

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados p/ determinação da vida útil-econômica estimada e p/ cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **6-Origem e Aplicação dos Recursos.** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade c/ as exigências legais-fiscais. **6.1-Das Receitas Operacionais.** As receitas operacionais da Entidade são constituídas de valores recebidos diretamente pela Entidade p/ os quais o uso é restrito, representados pelos Contratos de Gestão, Convênios Públicos e outros tipos de Assistências Governamentais recebidas. Os valores recebidos diretamente pela Entidade através do Convênio c/ a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo representaram no ano de 2013, 100% do total das receitas operacionais. **6.2- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos.** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados c/ órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M.

ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões p/ indenizações e provisões p/ perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados c/ base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas c/ base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.9-Contingências Passivas.** Os conceitos aplicados p/ fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos p/ classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade c/ o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida p/ o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2013, a SPDM - NGA Várzea do Carmo acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 282.700,00 (Duzentos e oitenta e dois mil e setecentos reais). **4.10-Outros Ativos e Passivos.** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos c/ fornecedores encontram-se c/ valor histórico, c/ exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.11-Apuração do Resultado.** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam p/ a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5-Imobilizado:** O imobilizado da SPDM - NGA Várzea do Carmo é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos c/ recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada c/ recursos de contratos de gestão ou convênios p/ os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Posição em 31/12/2012	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2013
802.965,20	10.053,60	41.746,54	771.272,26
802.965,20	10.053,60	41.746,54	771.272,26
100,58	850,00	-	950,58
12.066,00	558,60	-	12.624,60
134.409,15	3.035,00	(28.510,39)	108.933,76
458.859,31	1.185,00	(9.762,16)	450.282,15
141.366,06	1.480,00	(924,99)	141.921,07
1.403,88	-	-	1.403,88
8.756,59	-	-	8.756,59
14.859,89	2.945,00	(2.549,00)	15.255,89
20.372,75	-	-	20.372,75
10.770,99	-	-	10.770,99
802.965,20	10.053,60	(41.746,54)	771.272,26

Posição em 31/12/2012	Baixa	Ajuste do Exercício	Posição em 31/12/2013	Taxas anuais médias de Ajuste
(592.548,84)	50.685,45	(138.969,16)	(627.661,54)	%
(592.548,84)	50.685,45	(138.969,16)	(627.661,54)	
(100,58)	-	(35,40)	(135,98)	10,00
(2.009,74)	-	(1.225,20)	(3.234,94)	10,00
(130.083,61)	89.582,69	(30.992,69)	(71.493,61)	20,00
(317.789,13)	3.971,43	(75.846,69)	(389.664,39)	10,00
(116.808,82)	443,11	(16.377,96)	(132.743,67)	10,00
(1.403,88)	-	-	(1.403,88)	0,00
(8.451,81)	-	(38,52)	(8.490,33)	10,00
(7.867,67)	1.525,92	(2.028,83)	(8.370,58)	10,00
(4.061,82)	-	(2.063,04)	(6.124,86)	10,00
(3.971,78)	-	(2.027,52)	(5.999,30)	10,00
(592.548,84)	95.523,15	(130.635,85)	(627.661,54)	

toda documentação a disposição p/ qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo c/ o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo c/ suas finalidades. A Entidade p/ a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada c/ as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos p/ reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2013, a Associação recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0011-64

Convênios/Contratos	R\$
TA 134/2013 - Secr. de Estado da Saúde de São Paulo	10.704.000,00
TA 785/2013 - Secr. de Estado da Saúde de São Paulo	3.150.000,00

7-Patrimônio Líquido. Conforme esclarecido no balanço anterior, de acordo c/ apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas do ano, a SPDM procedeu a ajustes necessários p/ se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos c/ restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Go-

Dr. Luiz Fernando Haigaj Djabrain - Diretor Técnico

Ata da 17ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas: Data, Horário e Local: Ao 15/04/2014, às 09h, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - V. Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Ana Luísa Hofling Lima, Paulo Bandeira Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Dr. Hercílio Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. **Convidados:** Superintendentes: Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur e Dr. Anderson Viar Ferraresi. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as Dem. contábeis de 2013 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão p/ análise da Assembléia de Associados. **Ordem do Dia:** Aprovação do relatório Anual da Administração e as Dem. Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Dem. do Resultado do Exercício, Dem. das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hosp. São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hosp. Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hosp. Geral do Pirajussara (HGP), Hosp. Estadual de Diadema (HED), Hosp. de Salto (HS), Hosp. de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hosp. Municipal Dr. José de Carvalho Florença de São José dos Campos (HMJCF), Hosp. Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hosp. Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hosp. Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hosp. Brigadeiro (HBRIG) e **Parer da Assembléia Geral dos Associados:** A Assembléia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (art. 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Adm. e as Dem. Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Dem. do Superávit, Dem. das Mutações do Patrim. Líquido, Notas Explic. e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exerc. encerrado em 31/12/2013, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hosp. S. Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hosp. Mun. Ver. José Storópolli (HVM), Hosp. Geral do Pirajussara (HGP), Hosp. Est. de Diadema (HED), Hosp. de Salto (HS), Hosp. de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hosp. Mun. Dr. José de Carvalho Florença de S. J. dos Campos (HMJCF), Hosp. Mun. Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hosp. Mun. de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hosp. Brigadeiro (HBRIG) e o Hosp. e Matern. Dr. Odélio Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hosp. Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Soc. Mun. da V. Maria Baixa (PSMVB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da V. Mariana (CSVM), o Centro Est. de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de

veramental. O Patrimônio Líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (item 11) e CFC 1305/10 (itens 12 e 15), que enquanto não atendido os requisitos p/ reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição p/ Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". **8-Resultado do Exercício:** Em virtude da aplicação de outros itens da resolução o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Caso houvesse, superávit ou déficit ou ainda parte deles que tivesse restrição p/ aplicação, estaria reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, o que não ocorre. **9-Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS.** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do art. 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, c/ base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. De acordo c/ o Art. 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2013 o Núcleo Assistencial Várzea do Carmo, distribuiu um total de medicamentos de alto custo da ordem de 51.331.363, tendo assistido a 1.303.397 pacientes.

Tipo de Atendimento	Total
Pacientes-dia	1.303.397
Medicamentos Distribuídos	51.331.363

10-Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no art. 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22/06/2012, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: **10.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados.** Conforme descrito no item 10, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2013, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 1.768.770,03. Em 2012, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou R\$ 1.833.868,96. **10.2- Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros.** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2013 atingiu um montante de R\$ 1.188,00. Em 2012 não houve provisão p/ a referida isenção. **10.3-Isenção da Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).** A isenção da Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2013 foi de R\$ 362.921,66. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2012, esse montante foi de R\$ 326.007,09. **11-Trabalho Voluntário.** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2013 correspondeu a R\$ 2.478,00. **12-Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12).** Em atendimento às legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas p/ observabilidade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo c/ liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **13-Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente p/ cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **14-Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide c/ o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Produção Assistencial	Contratado 2013	Realizado 2013
Internação	Não se Aplica	Não se Aplica
Hospital-Dia	Não se Aplica	Não se Aplica
Ambulatório	Não se Aplica	Não se Aplica
Urgência/Emergência	Não se Aplica	Não se Aplica
SADT Externo	Não se Aplica	Não se Aplica
Total	-	-

Resultado Contábil	Receitas 2013	Despesas 2013
	14.376.339,61	14.376.339,61

Linhas de Contratação	Contratado 2013	Realizado 2013
Internação	Não se Aplica	Não se Aplica
Hospital-Dia	Não se Aplica	Não se Aplica
Ambulatório	Não se Aplica	Não se Aplica
Urgência/Emergência	Não se Aplica	Não se Aplica
SADT Externo	Não se Aplica	Não se Aplica
Total	-	-

Resultado Contábil	Receitas 2013	Despesas 2013
	14.376.339,61	14.376.339,61

Angélica da Silva Capucci - Contadora - CRC 1SP 284.354/O-4

o Hosp. e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hosp. Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da V. Maria Baixa (PSMVB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da V. Mariana (CSVM), o Centro Est. de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de

continua

continuação

Parecer do Cons. Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Presidente da SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina Tendo em vista o art. 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Dem. Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Dem. do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hosp. São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hosp. Mun. Vereador José Storópolli (HVM), Hosp. Geral do Pirajussara (HGP), Hosp. Estadual de Diadema (HED), Hosp. de Salto (HS), Hosp. de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hosp. Mun. Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hosp. Mun. Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hosp. Mun. de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hosp. Brigadeiro (HBRIG) e o Hosp. e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hosp. Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Mun. da Vila Maria Baixa (PSMVMB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistencial Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hosp. da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico

Relatório dos Auditores Independentes: A Diretoria 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo, que compreende o Balanço Patrimonial em 31/12/2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa p/ o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo c/ as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários p/ permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis c/ base em nossa auditoria, conduzida de acordo c/ as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada c/ o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados p/ obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes p/ a

de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hosp. Mun. Dr. Benedito Montenegro (MONTE-NEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do RJ, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3. -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hosp. Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. c/ base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as Dem. contábeis apresentadas. São Paulo, 14/04/2014. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro; Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. João Toniollo Neto; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Profa. Dra. Ruth Guinsberg; Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi; Moron ; Prof. Dr. Clóvis R. Nakaie; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta ; Prof. Dr. Henrique Lederman. elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia p/ planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não p/ fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada p/ fundamentar nossa opinião. 4) Opinião sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista p/ o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo em 31/12/2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa p/ o exercício findo naquela data, de acordo c/ as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2013, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 01/04/2014. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello Contador - CT- CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

Transportes Della Volpe S.A. Comércio e Indústria

CNPJ 61.139.432.0001-72

Relatório da Administração - 2013

Gestão eficiente para ampliar a rentabilidade: O resultado da Della Volpe em 2013, foi fortemente, impactado pelo esforço da Empresa em aprimorar a eficiência de nossas operações, trabalhamos de forma consistente traçando caminhos que devemos seguir, de acordo com nossa estratégia de equilibrar a rentabilidade e a sustentabilidade ao longo prazo. Nosso esforço inicial foi a identificação, negociação e quando necessário, a eliminação de clientes e operações que apresentavam resultados aquém do esperado, o que explica a queda do nosso faturamento, a redução da quantidade de colaboradores e o aumento do custo com pessoas (rescisões). Em seguida, contando com a dedicação de nossas equipes, conseguimos reduzir e aprimorar nossos custos, o que representará a evolução da nossa rentabilidade e um diferencial competitivo no mercado. Para 2014, as perspectivas são melhores, nossa experiência de quase 60 anos, somado a capacidade de gestão das nossas equipes e aos esforços de 2013 que

transformaram desafios em oportunidades, nos dão plena convicção que a Della Volpe seguirá numa trajetória de sucesso, perseguindo uma rentabilidade diferenciada, ganhos para nossos clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas e comunidades. **Governança Corporativa:** Em consonância com a visão de ser uma Companhia líder em seu mercado, a Della Volpe elabora e apresenta suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Por fim, agradecemos nossos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que nossos objetivos fossem alcançados. Em especial, agradecemos o empenho e dedicação de nossos colaboradores.

José Della Volpe - Presidente da Della Volpe

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de Reais)		
	2013	2012
Ativo	2013	2012
Ativo circulante	80.838	93.019
Caixa e equivalentes de caixa	13.488	13.269
Contas a receber	62.901	73.667
Estoques	0	827
Impostos a recuperar	1.551	2.323
Despesas antecipadas	1.594	1.994
Outras contas a receber	1.304	939
Ativo não circulante	265.873	260.146
I.R. e contribuição social diferidos	13.465	3.872
Partes relacionadas	4.503	3.190
Depósitos judiciais	4.148	3.188
Outras contas a receber	10.000	7.461
Investimentos	1.853	1.853
Imobilizável	210.996	219.336
Intangível	335	463
Propriedade para investimentos	20.573	20.783
Total do ativo	346.711	353.165

Notas Explicativas relativas aos Exercícios findos em 31/12/2013 e de 2012 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Transportes Della Volpe S.A. Comércio e Indústria ("Cia") tem por objeto social a exploração do ramo de transportes rodoviários de cargas em geral. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Cia em 10/03/2014. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, estimativas para créditos de liquidação duvidosa, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa. **3.2 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente (quando da ocorrência de efeitos significativos) e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Cia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. **3.3 I.R. e Contribuição Social - corrente e diferido:** O I.R. e a Contribuição Social correntes são calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidos de adicional de 10% para o I.R. e de 9% para a Contribuição Social. **3.4 Moeda funcional:** A moeda funcional da Cia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **3.5 Imobilizado:** A Cia efetuou a revisão do valor de mercado de seus principais ativos a partir de 01/01/2010, tendo como base laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Os grupos de ativos avaliados foram os seguintes: terrenos, edifícios e benfeitorias, máquinas, equipamentos, instalações e veículos. A depreciação é calculada pelo método linear, que se aproxima das respectivas vidas úteis dos ativos. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31/12/2013 e de 2012. **3.6 Investimentos:** Os investimentos em entidades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. **3.7 Propriedades para investimentos:** Os bens destinados a propriedades para investimentos são registrados ao valor de custo e revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. **3.8 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Cia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. **3.9 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos

Dem. do Resultado, exerc. findos em 31/12/2013 e de 2012 (Em MR\$)		
	2013	2012
Receita líquida de serviços	298.513	354.135
Custo dos serviços prestados	(254.991)	(288.743)
Lucro bruto	43.522	65.392
Receitas (despesas) operacionais: Comerciais	(4.596)	(5.740)
Gerais e administrativas	(52.568)	(54.560)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13.745	27.852
Resultado operacional	103	32.944
Despesas financeiras	(14.758)	(18.013)
Receitas financeiras	4.019	1.109
Resultado do exercício antes do IR e da CS	(10.636)	16.040
IR e Contribuição Social diferidos	3.842	(3.124)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(6.794)	12.916
Média ponderada de ações no período	84.500.000	84.500.000
Lucro (prejuízo) líq. por ação (básico e diluído), em R\$	(0,08)	0,15

Dem. Fluxos de caixa, exerc. findos em 31/12/2013 e de 2012 (Em MR\$)		
	2013	2012
Das atividades operacionais	2013	2012
Resultado antes do IR e Contribuição Social	(10.636)	16.040
Aj. p/reconciliar o result. ao caixa gerado pelas ativ. operacionais:		
Efeito do custo atribuído sobre itens alienados	(927)	(1.759)
Depreciação	10.146	11.106
Amortização	105	129
Alienação do ativo imobilizado	842	5.019
Provisão para perdas em investimentos (líquido)	424	284
Encargos dos empréstimos e financiamentos	13.338	15.943
Provisão (reversão de provisão) p/ contingências	(1.026)	(3.667)
Outros	-	353
	12.266	43.448
Decréscimo/Acréscimo nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	10.843	(7.838)
Estoques	827	389
Impostos a recuperar	772	(1.470)
Despesas antecipadas	400	(359)
Outras contas a receber	(365)	830
Fornecedores	(2.834)	(1.027)
Partes relacionadas	(1.313)	150
Depósitos judiciais	(960)	(1.032)
Salários e encargos sociais	(110)	(796)
Impostos e contribuições a recolher	(363)	777
Provisão de férias	179	(158)
Adiantamentos de clientes	(6.478)	2.683
Outras contas a pagar	(1.347)	(3.438)
Caixa gerado das operações	11.517	32.159
I.R. e Contribuição Social pagos	(349)	(1.309)
Caixa líq. proveniente das ativ. operac.	11.168	30.850
Das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado	(4.360)	(12.582)
Caixa usado nas atividades de invest.	(4.360)	(12.582)
Das ativ. de financ. (com quotistas e com terceiros)		
Empr. captados junto a terceiros (líq. de pagtos)	(12.209)	(12.787)
Cx. gerado (usado) nas ativ. de financ.	(12.209)	(12.787)
Aumento (redução) de Caixa e equiv. de caixa	(5.401)	5.481
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exerc. (líq. do saldo de contas garant.)	7.889	2.408
No final do exerc. (líq. do saldo de contas garant.)	2.488	7.889
Aum.(redução) de Caixa e equiv. de caixa	(5.401)	5.481

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
Exercícios findos em 31/12/2013 e de 2012 (Em milhares de Reais)					
	Capital social	Res. legal	Aj. de Aval. Patrimonial	Prejuízos Acum.	Total
Saldos 31/12/11 (reapresentado)	39.000	449	84.839	(24.046)	100.242
Lucro líq. do exerc.	-	-	-	12.916	12.916
Destin. reser. legal	-	(449)	-	449	-
Realiz. custo atrib.	-	-	(1.766)	1.766	-
Destin. custo atrib. p/ prej. acumu.	-	-	3.442	(3.442)	-
Efeito do custo atrib. sobre itens alien. no exerc.	-	-	(1.759)	-	(1.759)
Saldos em 31/12/12 (reapresentado)	39.000	-	84.756	(12.357)	111.399
Prejuízo líq. do exerc.	-	-	-	(6.794)	(6.794)
Realiz. do custo atrib.	-	-	(648)	648	-
Reclassific. de custo atrib. p/ imobilizado	-	-	247	(442)	(195)
Efeito do custo atrib. sobre itens alienados no exerc.	-	-	(927)	927	-
Saldos em 31/12/13	39.000	-	83.428	(18.018)	104.410
Patrimônio líquido	116.376	-	(4.977)	-	111.399

4. Patrimônio Líquido: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 39.000, representado por 84.500.000 ações ordinárias, composto como segue:

	%	2012	2011
José Della Volpe	50,0	19.500.000	19.500.000
Rafael Della Volpe Filho	12,5	4.875.000	4.875.000
Mariela Della Volpe	12,5	4.875.000	4.875.000
Josefa Della Volpe Palmejano	12,5	4.875.000	4.875.000
Daiva Della Volpe Zouki	12,5	4.875.000	4.875.000
		39.000.000	39.000.000

5. Nota da administração: A íntegra das demonstrações contábeis e notas explicativas, bem como o parecer dos auditores independentes, estão à disposição na sede da Cia.

José Della Volpe - Presidente | Rafael Della Volpe Filho - Diretor Executivo Gerencial | Gilberto Della Volpe - Diretor Executivo Administrativo | Carlos de Faria - Controller - CRC 1SP220.813/O